



TRT DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1 Bloco D - Bairro Asa Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

CONTRATO Nº 083/2019

REGISTRO Nº 083/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORAMENTO, FATURAMENTO E DE AUDITORIA MÉDICO-
HOSPITALAR E PARAMÉDICA.

CONTRATANTE	Órgão: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO	CNPJ: 02.011.574/0001-90
	Endereço: SAS, Quadra 1, Bloco D, Ed. Sede, 1º Andar Brasília/DF - CEP 70.097-900	Telefone: (61) 3348-1836
	Representante Legal: Secretário de Administração: GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS Nomeado pela Portaria PRE nº 131/2014 Publicada no DOU, Seção 2, Página 63, em 25/03/14	Nacionalidade: Brasileira

CONTRATADA	Empresa: AUDICARE CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA	CNPJ: 05.285.983/0001-73
	Endereço: ST SMAS 6580, Bloco 02, 4º Andar, Sala 404, Condomínio Parkshopping Corporate, CEP: 71.219-900, Guará/DF, glebesribeiro@audicareauditoria.com.br	Telefone: (61) 3039-6703
	Representante Legal: ANTÔNIA SEBASTIANA RODRIGUES	CPF: 261.449.213-20
	Nacionalidade: Brasileira	Identidade: 788.500-84 SSP/CE

Tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 00000084-92.2019.5.10.8000**, as Partes acima identificadas resolvem celebrar o presente contrato, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666/1993 e, também, pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoramento, faturamento e de auditoria médico-hospitalar e paramédica, em conformidade com as especificações constantes do **Edital do Pregão Eletrônico nº 32/2019** (id. 1209557), seus anexos, e com a Proposta da **CONTRATADA**, id. 1219124, que, independente de transcrição, passam a lhe fazer parte integrante e complementar.

1.2. O objeto da presente contratação poderá ser aumentado ou diminuído, a critério do **TRT DA 10ª REGIÃO**, nos limites permitidos pelo art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

2.1 Para a presente contratação foi instaurado processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o Decreto nº 5.450/2005 e Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

3.1 Os valores mensal e para 30 (trinta) meses corresponderão potencial e respectivamente a R\$ 27.135,40 (vinte e sete mil cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos) e R\$ 814.062,00 (oitocentos e quatorze mil sessenta e dois reais).

3.2 A despesa decorrente deste contrato correrá à conta dos Recursos Financeiros Vinculados à Contribuição dos Magistrados e Servidores ao Plano de Saúde.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

4.1 A vigência contratual será de 30 (trinta) meses, a contar de **28/07/2019**, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do TRT da 10ª Região, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

4.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

4.1.4 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.2 A **CONTRATADA** não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3 A cada 12 (doze) meses o Fiscal do contrato fará avaliação, através da elaboração de um relatório a ser encaminhado à Secretaria de Administração, quanto aos aspectos econômicos, à necessidade e à qualidade dos serviços prestados, podendo o contrato ser rescindido, caso seja verificada a desnecessidade ou falta de qualidade dos serviços.

4.4 O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

4.4.1 A contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio TRT da 10.ª Região, enquanto perdurarem os efeitos.

4.5. Nos termos do art. 20 do Decreto n.º 3.555/2000, a Administração providenciará a publicação do presente Contrato em 20 (vinte) dias, contados a partir da assinatura deste instrumento, correndo as despesas por conta do **TRT DA 10.ª REGIÃO**. (para contratação por licitação).

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRT DA 10ª REGIÃO

5.1 Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, sem prejuízo a outras obrigações estabelecidas no Edital de Licitação e/ou no Termo de Referência, o **TRT DA 10ª REGIÃO** compromete-se a:

5.1.1 efetuar o pagamento na forma prevista no presente instrumento;

5.1.2 assegurar aos empregados da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, o livre acesso a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços;

5.1.3 fiscalizar a execução contratual, por meio de Unidade e Servidor designados, aos quais caberá transmitir orientações, fiscalizar a prestação dos serviços, atestar faturas, reportar todo e qualquer problema à Administração, sendo certo que a ação da fiscalização do **TRT DA 10ª REGIÃO** não exonerará a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais;

5.1.4 receber o objeto do presente contrato, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Para garantir o fiel cumprimento deste contrato, sem prejuízo a outras obrigações fixadas no Edital de

Licitação e/ou no Termo de Referência, a **CONTRATADA** compromete-se a:

6.1.1 não transferir a terceiros as obrigações decorrentes deste contrato, à exceção dos casos em que tal ato, a critério do **TRT DA 10ª REGIÃO**, não venha a gerar solução de continuidade, prejuízo para a Administração, alteração do contrato, seja na forma de prestação dos serviços, seja nos valores contratados no termo vigente;

6.1.2 manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

6.1.3 responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do **TRT DA 10ª REGIÃO**, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento correspondente será efetuado mensalmente por meio de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, no prazo de até 10 (dez) dias após o atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela Unidade/Servidor designados à fiscalização.

7.2 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração far-se-á desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

7.3 Será efetuada a retenção dos tributos e contribuições na forma da legislação aplicável.

7.4 A unidade responsável pelo pagamento poderá solicitar outros documentos que eximam o **TRT DA 10ª REGIÃO** das responsabilidades de ordem tributária, previdenciária ou trabalhista.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1 Será permitido o reajuste, respeitada a periodicidade mínima de 1 (um) ano a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se refere ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = I - I_0.P / I_0, \text{ onde:}$$

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês de apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

lo = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços atualizado até o último reajuste efetuado.

8.2 O pedido de reajuste será processado pelo **TRT DA 10ª REGIÃO** mediante simples apostilamento, tão logo disponível o índice aplicado para o período de 1 (um) ano, contado da data da proposta ou do último reajuste, e após verificação, pelo **TRT DA 10ª REGIÃO**, dos cálculos apresentados pela **CONTRATADA**. Caso o **TRT DA 10ª REGIÃO** não tenha tempo hábil para efetuar os cálculos do reajuste, a **CONTRATADA** terá seu direito resguardado no respectivo termo aditivo.

8.3 O esquecimento da **CONTRATADA** quanto ao seu direito de exigir o reajuste não será aceito como justificativa para pedido de correção com efeito retroativo à data a que faria jus, pagando esta, portanto, por sua própria inércia.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo à aplicação do Instrumento de Medição do Resultado - IMR, disposto no Termo de Referência, as penalidades passíveis de serem infligidas à **CONTRATADA** estão dispostas no instrumento editalício, parte integrante do presente contrato.

10. CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8666/1993.

11. CLÁUSULA ONZE - DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas ao presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Declaram as Partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre eles celebrado.

12.2 Qualquer medida que implique alteração dos direitos ou obrigações aqui pactuadas só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das Partes, e será, obrigatoriamente, formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

12.3 Responderá pela fiscalização da execução do presente instrumento a titular da CDBEN, nesta data o servidor Flávio Kobayashi, telefone (61) 3348-1836, ou seu/sua substituto(a) imediato(a), nos casos de ausência ou impedimento da titular.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato.

Assinado eletronicamente
GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Secretário de Administração

Assinado eletronicamente
ANTÔNIA SEBASTIANA RODRIGUES
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES**, Usuário **Externo**, em 26/07/2019, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THEREZA CRISTINA ARAÚJO DA GAMA**, Secretário(a) de Administração Substituto(a), em 26/07/2019, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **1221949** e o código CRC **A93F2F17**.

0000084-92.2019.5.10.8000

1221949v2